



DE 29 MAIO A 2 JUNHO DE 2017 NOVIDADES LEGISLATIVAS E REGULAMENTARES MAIS SIGNIFICATIVAS

ATIVIDADE PARLAMENTAR E PROCESSO LEGISLATIVO

ÚLTIMAS INICIATIVAS ENTRADAS

[Projeto de Lei 533/XIII](#)

Elimina os regimes do banco de horas individual e da adaptabilidade individual, procedendo à 15.ª alteração ao Código de Trabalho aprovado pela Lei n.º 7/2009 de 7 de fevereiro

Autoria: BE

[Projeto de Lei 534/XIII](#)

Altera o regime jurídico aplicável à contratação a termo, concretizando as recomendações do “Grupo de Trabalho para a preparação de um Plano Nacional de Combate à Precariedade”

Autoria: BE

[Projeto de Lei 535/XIII](#)

Altera o Decreto-Lei n.º 128/2014, de 29 de agosto (regime jurídico de exploração dos estabelecimentos de alojamento local) clarificando que qualquer oposição do condomínio à exploração de estabelecimentos de alojamento local deve constar do título constitutivo da propriedade horizontal, do regulamento de condomínio nesse título eventualmente contido ou em regulamento de condomínio ou deliberação da assembleia de condóminos aprovados sem oposição e desde que devidamente registados

Autoria: CDS-PP

[Projeto de Resolução 895/XIII](#)

Recomenda ao Governo que promova as medidas necessárias para que as despesas com refeições "take away" em super e hipermercados possam ser dedutíveis em sede de IRS ao abrigo do Artigo 78.º-F do Código do IRS

Autoria: CDS-PP

Partilhamos a Experiência. Inovamos nas Soluções.

[Projeto de Resolução 899/XIII](#)

Alarga a proteção social à infância, no âmbito do combate à pobreza infantil

Autoria: BE

[Projeto de Resolução 900/XIII](#)

Recomenda que o Governo garanta o acesso à educação pré-escolar para todas as crianças a partir dos 3 anos e o alargamento da ação social escolar, no âmbito do combate à pobreza infantil

Autoria: BE

[Projeto de Resolução 901/XIII](#)

Recomenda a atribuição prioritária de médico de família a todas as crianças e jovens, reforça e generaliza o acesso gratuito a consultas de especialidade (medicina dentária e oftalmologia) e a medicamentos antiparasitários, no âmbito do combate à pobreza infantil

Autoria: BE

[Projeto de Resolução 902/XIII](#)

Recomenda ao Governo que proteja os prestadores ocasionais de serviços de alojamento local de eventuais agravamentos no regime jurídico do alojamento local

Autoria: CDS-PP



ACORDOS INTERNACIONAIS

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

[Presidente da República ratifica Acordo Internacional](#)

O Presidente da República ratificou a Resolução da Assembleia da República que aprova o Acordo entre a República Portuguesa e a República da África do Sul sobre Cooperação Científica e Tecnológica, assinado na cidade de Durban, em 28 de agosto de 2015.

Partilhamos a Experiência. Inovamos nas Soluções.

AMBIENTE

[Lei n.º 37/2017 - Diário da República n.º 107/2017, Série I de 2017-06-02](#)

Assembleia da República

Torna obrigatória a avaliação de impacte ambiental nas operações de prospeção, pesquisa e extração de hidrocarbonetos, procedendo à terceira alteração ao [Decreto-Lei n.º 151-B/2013](#), de 31 de outubro, que estabelece o regime jurídico da avaliação de impacte ambiental dos projetos públicos e privados suscetíveis de produzirem efeitos significativos no ambiente

[Portaria n.º 177/2017 - Diário da República n.º 103/2017, Série I de 2017-05-29](#)

Ambiente

Procede à primeira alteração da [Portaria n.º 313/2016](#), de 12 de dezembro

CARTÃO DO CIDADÃO

[Lei n.º 32/2017 - Diário da República n.º 106/2017, Série I de 2017-06-01](#)

Assembleia da República

Segunda alteração à [Lei n.º 7/2007](#), de 5 de fevereiro, que cria o cartão de cidadão e rege a sua emissão e utilização, primeira alteração à [Lei n.º 37/2014](#), de 26 de junho, que estabelece um sistema alternativo e voluntário de autenticação dos cidadãos nos portais e sítios na Internet da Administração Pública denominado Chave Móvel Digital, e sétima alteração ao [Decreto-Lei n.º 83/2000](#), de 11 de maio, que aprova o regime legal da concessão e emissão de passaportes

DIREITOS DE AUTOR E CONEXOS

[Lei n.º 36/2017 - Diário da República n.º 107/2017, Série I de 2017-06-02](#)

Assembleia da República

Garante o exercício dos direitos dos beneficiários das utilizações livres de obras, procedendo à décima segunda alteração ao Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos, aprovado pelo [Decreto-Lei n.º 63/85](#), de 14 de março

 **ENERGIA**

[Lei n.º 31/2017 - Diário da República n.º 105/2017, Série I de 2017-05-31](#)

Assembleia da República

Aprova os princípios e regras gerais relativos à organização dos procedimentos de concurso público para atribuição, por contrato, de concessões destinadas ao exercício em exclusivo da exploração das redes municipais de distribuição de eletricidade de baixa tensão

 **FINANCEIRO**

[Lei n.º 28/2017 - Diário da República n.º 104/2017, Série I de 2017-05-30](#)

Assembleia da República

Revê o regime sancionatório do direito dos valores mobiliários [transpõe a [Diretiva 2014/57/UE](#), do Parlamento e do Conselho, de 16 de abril de 2014, a [Diretiva de Execução \(UE\) 2015/2392](#), da Comissão, de 17 de dezembro de 2015, e parcialmente a [Diretiva 2013/50/UE](#), do Parlamento Europeu e do Conselho, de 22 de outubro de 2013, e adapta o direito português ao [Regulamento \(UE\) n.º 596/2014](#), do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, procedendo à alteração ao Código dos Valores Mobiliários, aprovado pelo [Decreto-Lei n.º 486/99](#), de 13 de novembro, e ao [Decreto-Lei n.º 357-C/2007](#), de 31 de outubro]

BANCO DE PORTUGAL

[Nota de Informação Estatística - Empréstimos concedidos pelo setor financeiro - abril de 2017](#)

[Intervenção do Governador Carlos da Silva Costa na Conferência Anual do Centro de Investigação em Regulação e Supervisão do Setor Financeiro](#)

[Nota de Informação Estatística - Dívida pública - abril de 2017](#)

CMVM – COMISSÃO DO MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS

[Consulta Pública sobre Projeto de alteração do Regulamento da CMVM n.º 5/2008, relativo a deveres de informação](#)

[Indicadores de síntese do mercado de capitais português – maio de 2017](#)

Partilhamos a Experiência. Inovamos nas Soluções.

ASF – AUTORIDADE DE SUPERVISÃO DE SEGUROS E FUNDOS DE PENSÕES

[Norma Regulamentar n.º 4/2017-R, de 1 de junho](#) - Estabelece os índices trimestrais de atualização de capitais para as apólices do ramo "Incêndio e elementos da natureza" com início ou vencimento no terceiro trimestre de 2017.

 **FISCAL**

[Decreto-Lei n.º 53/2017 - Diário da República n.º 105/2017, Série I de 2017-05-31](#)

Finanças

Altera o Código do Imposto sobre Veículos, desmaterializando as formalidades declarativas para todos os sujeitos passivos

[Portaria n.º 180/2017 - Diário da República n.º 105/2017, Série I de 2017-05-31](#)

Finanças

Portaria que aprova o novo modelo de declaração e respetivas instruções, designado por Declaração de Títulos de Compensação Extrassalarial (Modelo 18), para cumprimento da obrigação referida no n.º 2 do artigo 126.º do Código do IRS

[Portaria n.º 185/2017 - Diário da República n.º 106/2017, Série I de 2017-06-01](#)

Finanças

Regula o decreto-lei relativo ao taxfree - simplificação dos procedimentos de reembolso de IVA aos viajantes

 **INSOLVÊNCIA E RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS**

[Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo n.º 3/2017 - Diário da República n.º 103/2017, Série I de 2017-05-29](#)

Supremo Tribunal Administrativo

Uniformiza a jurisprudência nos seguintes termos: A isenção de IMT prevista pelo n.º 2 do art.º 270.º do CIRE aplica-se, não apenas às vendas ou permutas de empresas ou estabelecimentos enquanto universalidade de bens, mas também às vendas e permutas de imóveis, enquanto elementos do ativo de sociedade insolvente, desde que enquadradas no âmbito de um plano de insolvência ou de pagamento, ou praticados no âmbito da liquidação da massa insolvente

 **PENAL**

[Lei n.º 30/2017 - Diário da República n.º 104/2017, Série I de 2017-05-30](#)

Assembleia da República

Transpõe a [Diretiva 2014/42/UE](#), do Parlamento Europeu e do Conselho, de 3 de abril de 2014, sobre o congelamento e a perda dos instrumentos e produtos do crime na União Europeia

 **PREVIDENCIAL**

[Decreto-Lei n.º 53-A/2017 - Diário da República n.º 105/2017, 1.º Suplemento, Série I de 2017-05-31](#)

Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

Altera o regime jurídico de proteção social da eventualidade de desemprego dos trabalhadores por conta de outrem

 **PROGRAMA SIMPLEX**

[Decreto-Lei n.º 54/2017 - Diário da República n.º 107/2017, Série I de 2017-06-02](#)

Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

Cria a «cooperativa na hora»

 **REGISTOS E NOTARIADO**

[Portaria n.º 181/2017 - Diário da República n.º 105/2017, Série I de 2017-05-31](#)

Justiça

Cria a certidão online de registo civil, definindo e regulamentando o seu âmbito, condições de acesso, prazo de validade e emolumentos devidos

Partilhamos a Experiência. Inovamos nas Soluções.

[Portaria n.º 182/2017 - Diário da República n.º 105/2017, Série I de 2017-05-31](#)

Justiça

Regula o pedido online de certidão sobre a existência de testamentos públicos, instrumentos de aprovação, de depósito e abertura de testamentos cerrados e internacionais, escrituras de revogação de testamentos e de renúncia ou repúdio de herança ou legado, registados na Conservatória dos Registos Centrais

[Portaria n.º 188/2017 - Diário da República n.º 107/2017, Série I de 2017-06-02](#)

Justiça

Regulamenta as comunicações por via eletrónica entre as conservatórias de registos e o Ministério Público, bem como a prática de atos processuais pelos magistrados do Ministério Público através de meios eletrónicos, em sede de regulação do exercício das responsabilidades parentais relativo a filhos menores ou de alteração de acordo anteriormente homologado



TMT

ANACOM – AUTORIDADE NACIONAL DE COMUNICAÇÕES

[Comissão Europeia lança consulta para revisão das regras do domínio .eu](#)

Consulta pública decorre até 08.08.2017.
30.05.2017

[Comissão Europeia publica estratégia sobre cibersegurança](#)

Centro Europeu de Estratégia Política divulga estratégia para construção de um escudo cibernético europeu eficaz.
30.05.2017

[Como posso saber se o meu contrato tem período de fidelização?](#)

Conheça os deveres de informação a que os operadores estão obrigados no Portal do Consumidor da ANACOM.
01.06.2017



TRABALHO E EMPREGO

[Lei n.º 25/2017 - Diário da República n.º 104/2017, Série I de 2017-05-30](#)

Assembleia da República

Aprova o regime da valorização profissional dos trabalhadores com vínculo de emprego público, procede à segunda alteração à [Lei n.º 35/2014](#), de 20 de junho, e à quarta alteração à Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, e revoga a [Lei n.º 80/2013](#), de 28 de novembro

Partilhamos a Experiência. Inovamos nas Soluções.

[Lei n.º 26/2017 - Diário da República n.º 104/2017, Série I de 2017-05-30](#)

Assembleia da República

Facilita o reconhecimento das qualificações profissionais e diminui os constrangimentos à livre circulação de pessoas, procedendo à terceira alteração à [Lei n.º 9/2009](#), de 4 de março, e transpondo a [Diretiva 2013/55/UE](#), do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de novembro de 2013, que altera a [Diretiva 2005/36/CE](#), relativa ao reconhecimento das qualificações profissionais e o [Regulamento \(UE\) n.º 1024/2012](#), relativo à cooperação administrativa através do Sistema de Informação do Mercado Interno

[Lei n.º 27/2017 - Diário da República n.º 104/2017, Série I de 2017-05-30](#)

Assembleia da República

Aprova medidas para aplicação uniforme e execução prática do direito de livre circulação dos trabalhadores, transpondo a [Diretiva 2014/54/UE](#), do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014

[Lei n.º 29/2017 - Diário da República n.º 104/2017, Série I de 2017-05-30](#)

Assembleia da República

Transpõe a [Diretiva 2014/67/UE](#), do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de maio de 2014, relativa ao destacamento de trabalhadores no âmbito de uma prestação de serviços



TRIBUNAIS ADMINISTRATIVOS E FISCAIS

[Portaria n.º 178/2017 - Diário da República n.º 104/2017, Série I de 2017-05-30](#)

Justiça

Cria o Balcão Único dos Tribunais Administrativos e Fiscais



RAM – REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

[Decreto Legislativo Regional n.º 14/2017/M - Diário da República n.º 106/2017, Série I de 2017-06-01](#)

Região Autónoma da Madeira - Assembleia Legislativa

Prorroga o prazo previsto no n.º 4 do artigo 2.º do [Decreto Legislativo Regional n.º 9/2015/M](#), de 2 de dezembro, que adapta à Região Autónoma da Madeira o Estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade Social

Partilhamos a Experiência. Inovamos nas Soluções.

[Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira n.º 13/2017/M - Diário da República n.º 106/2017, Série I de 2017-06-01](#)

Região Autónoma da Madeira - Assembleia Legislativa

Apresenta à Assembleia da República a proposta de lei que procede à primeira alteração ao [Decreto-Lei n.º 134/2015](#), de 24 de julho, que regula a atribuição de um subsídio social de mobilidade aos cidadãos beneficiários, no âmbito dos serviços aéreos e marítimos entre o continente e a Região Autónoma da Madeira e entre esta e a Região Autónoma dos Açores, prosseguindo objetivos de coesão social e territorial

UNIÃO EUROPEIA

JORNAL OFICIAL DA UE

ATOS NÃO LEGISLATIVOS

Financeiro

Decisão (UE) 2017/933 do Banco Central Europeu, de 16 de novembro de 2016, sobre o [quadro geral de delegação de poderes de decisão para a adoção de instrumentos jurídicos relativos às atribuições de supervisão](#)

Decisão (UE) 2017/934 do Banco Central Europeu, de 16 de novembro de 2016, sobre a [delegação de decisões relativas ao caráter significativo das entidades supervisionadas](#)

Decisão (UE) 2017/935 do Banco Central Europeu, de 16 de novembro de 2016, sobre a [delegação de poderes para a adoção de decisões relativas à adequação e idoneidade e a avaliação dos requisitos de adequação e idoneidade](#)

Decisão (UE) 2017/936 do Banco Central Europeu, de 23 de maio de 2017, que [designa chefes dos serviços para a adoção de decisões delegadas relativas à adequação e idoneidade](#)

Decisão (UE) 2017/937 do Banco Central Europeu, de 23 de maio de 2017, que [designa chefes dos serviços para a adoção de decisões delegadas relativas ao caráter significativo das entidades supervisionadas](#)

Projetos de Investimento

Decisão de Execução (UE) 2017/919 da Comissão, de 29 de maio de 2017, que [altera a Decisão de Execução \(UE\) 2016/1942 relativa às especificações do Portal Europeu de Projetos de Investimento](#)

Tratado sobre o comércio de armas

Decisão (PESC) 2017/915 do Conselho, de 29 de maio de 2017, relativa às [atividades de sensibilização desenvolvidas pela União em apoio à aplicação do Tratado sobre o Comércio de Armas](#)

Partilhamos a Experiência. Inovamos nas Soluções.

COMUNICAÇÕES E INFORMAÇÕES

Atos preparatórios

[Parecer do Comité Económico e Social Europeu sobre a «Proposta de diretiva do Conselho relativa aos mecanismos de resolução de litígios em matéria de dupla tributação na União Europeia»](#)

[Parecer do Comité Económico e Social Europeu sobre a «Recomendação de recomendação do Conselho sobre a política económica da área do euro» e sobre a «Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Banco Central Europeu, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões – Uma orientação orçamental positiva para a área do euro»](#)

[Parecer do Comité Económico e Social Europeu sobre a «Proposta de diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho que altera a Diretiva 2014/59/UE do Parlamento Europeu e do Conselho no que respeita à posição dos instrumentos de dívida não garantidos na hierarquia da insolvência»](#)

[Parecer do Comité Económico e Social Europeu sobre a «Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Banco Central Europeu, ao Comité Económico e Social Europeu, ao Comité das Regiões e ao Banco Europeu de Investimento — Análise Anual do Crescimento 2017»](#)

[Parecer do Comité Económico e Social Europeu sobre a «Proposta de decisão do Parlamento Europeu e do Conselho que altera a Diretiva 87/217/CEE do Conselho, a Diretiva 2003/87/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, a Diretiva 2009/31/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, o Regulamento \(UE\) n.º 1257/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, a Diretiva 86/278/CEE do Conselho e a Diretiva 94/63/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, no que se refere a normas processuais no domínio da prestação de informações ambientais e que revoga a Diretiva 91/692/CEE do Conselho»](#)



COMISSÃO EUROPEIA

[Comissão Europeia estabelece as bases para a futura ação em matéria de direito europeu do consumidor](#)

A Comissão Europeia apresentou uma análise da legislação da UE relativa ao consumo e à comercialização. Este relatório servirá de base à melhoria do quadro jurídico para os consumidores e as empresas.

[Mercado Único Digital: negociadores da UE chegam a acordo sobre a iniciativa WiFi4EU](#)

O Parlamento Europeu, o Conselho e a Comissão chegaram a um acordo político sobre a iniciativa WiFi4EU, e o seu financiamento, que apoia a instalação de pontos de acesso Wi-Fi públicos gratuitos em comunidades locais em toda a UE: praças públicas, largos, hospitais, parques e outros espaços públicos.

[O Corpo Europeu de Solidariedade em marcha: Perguntas e respostas](#)

A Comissão Europeia adotou uma proposta para dotar o Corpo Europeu de Solidariedade de base jurídica e orçamento próprios.

[Corpo Europeu de Solidariedade: Comissão propõe mais de 340 milhões de euros para possibilitar 100 mil colocações até 2020](#)

A Comissão conferiu uma base sólida ao Corpo Europeu de Solidariedade, ao propor um orçamento para os próximos três anos e uma base jurídica específica.

Partilhamos a Experiência. Inovamos nas Soluções.

[Iniciativa Juventude: Comissão define estratégia para uma educação de elevada qualidade, inclusiva e orientada para o futuro](#)

A Comissão adotou novas iniciativas no domínio do ensino escolar e do ensino superior, incluindo uma proposta sobre o acompanhamento dos titulares de diplomas do ensino superior para ajudar os Estados-Membros a recolher informações sobre o que fazem estas pessoas após os estudos.

[Orçamento da UE para 2018: Comissão propõe um orçamento centrado no emprego, nos investimentos, na migração e na segurança](#)

A Comissão propôs um projeto de orçamento para 2018 com autorizações no valor de 161 mil milhões de EUR para incentivar a criação de mais postos de trabalho, sobretudo para os jovens, e estimular o crescimento e os investimentos estratégicos.

[A Comissão define as possíveis vias a seguir para o aprofundamento da União Económica e Monetária Europeia](#)

[A Europa em Movimento: Comissão toma medidas para uma mobilidade limpa, competitiva e conectada](#)

A Comissão Europeia tomou medidas para modernizar a mobilidade e os transportes europeus. O objetivo é ajudar o setor a permanecer competitivo e socialmente justo durante o processo de transição para as energias limpas e a digitalização.

[Luta contra o discurso de ódio em linha – Iniciativa da Comissão com plataformas de redes sociais e a sociedade civil revela progressos](#)

A Comissão Europeia e quatro grandes plataformas de redes sociais anunciaram um Código de Conduta relativo à luta contra os discursos de incitação ao ódio em linha.

Consulta Pública

Energia e Ambiente

[Avaliação – Regulamento TEN-E](#)

Período de consulta: 30 maio 2017 – 4 setembro 2017



PARLAMENTO EUROPEU

[IVA: Parlamento Europeu apoia taxas reduzidas para livros e jornais em formato eletrónico](#)

O Parlamento Europeu aprovou uma proposta que permite aos Estados-Membros aplicar às publicações eletrónicas a mesma taxa do IVA que as praticadas para as publicações impressas.

[Parlamento Europeu quer medidas para travar aumento do antissemitismo na Europa](#)

O Parlamento Europeu instou os Estados-Membros, os líderes políticos, as autoridades judiciais e policiais e as escolas a reforçarem as medidas de luta contra o antissemitismo na UE.

PORTAL DO GOVERNO



COMUNICADO DO CONSELHO DE MINISTROS DE 1 DE JUNHO DE 2017

O [Conselho de Ministros aprovou](#) o decreto-lei que simplifica os procedimentos de restituição de IVA às associações de bombeiros, às Forças Armadas, forças e serviços de segurança, à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e às Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS).

(...)

A presente Newslextter destina-se a ser distribuída entre Clientes e Colegas e a informação nela contida é prestada de forma geral e abstrata, não devendo servir de base para qualquer tomada de decisão sem assistência profissional qualificada e dirigida ao caso concreto. O conteúdo desta Newslextter não pode ser reproduzido, no seu todo ou em parte, sem a expressa autorização do editor. Caso deseje obter esclarecimentos adicionais sobre este assunto contate-nos: plmjlaw@plmj.pt.

 Sociedade de Advogados Portuguesa do Ano
Who's Who Legal 2016, 2015, 2011-2006
Chambers European Excellence Awards 2014, 2012, 2009

 Sociedade de Advogados Ibérica do Ano
The Lawyer European Awards 2015-2012

 Top 5 - Game Changers dos últimos 10 anos
Top 50 - Sociedades de Advogados mais Inovadoras da Europa
Financial Times - Innovative Lawyers Awards 2015 - 2011